



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju • domingo
12 e segunda-feira 13 de maio de 2013

Cerca de 60% dos agentes não atuam nas prisões

Desvio de função tem prejudicado aqueles agentes prisionais que realmente trabalham

Dados do Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado de Sergipe, publicados pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (Sejuc) apontam que existem 850 guardas prisionais em todo o estado, mas que apenas 333 estão atuando de fato no sistema prisional na atividade fim, ou seja, cerca de 60% dos servidores concursados para agente prisional estão deixando de exercer sua função. Segundo o Sindicato dos Agentes Penitenciários e Servidores da Sejuc (Sindpen/SE), o que está havendo é o sucateamento da máquina pública com a prática comum do desvio de função.

O presidente do Sindpen revela que a situação do sistema prisional do estado é caótica e que o desvio de função contribui para agravá-la. A superlotação das cadeias sobrecarrega os agentes que durante seus plantões têm que custodiar mais de 150 detentos, quando a Resolução nº 2 de 2010 do Conselho Nacional de Política Penitenciária Criminal diz que para cada cinco detentos tem que haver um agente penitenciário.

“A resolução é bem clara, mas a realidade é bem diferente. No Copemcan, presídio de São Cristóvão, por exemplo, em cada pavilhão há em média 400 detentos, então seria necessário ter 80 agentes penitenciários, um cálculo bem simples, mas temos um, dois ou no máximo três agentes. Esse guarda é obrigado a custodiar durante o plantão entre 100 e 150 detentos, quando não raro 200, porque é comum ter apenas um a dois agentes por pavilhão. Isso acontece porque os servidores estão em outros locais realizando atividades administrativas”, conta Iran Alves.

De acordo com o sindicalista, até poucos meses, toda parte administrativa da Sejuc era preenchida por guardas prisionais. “De posse dessa informação nós oficiamos o secretário de justiça para que ele efetivamente acabasse com esse desvio de função, que ele fizesse com que esses agentes retornassem à atividade fim. Mas o que ele fez foi apresentar uma lista oficial afirmando que 785 dos 850 agentes continuam na Sejuc e fez o remanejamento desses agentes para o sistema prisional, mas para a parte administrativa e não para os pavilhões, portanto essa lista não é real. Fomos até os presídios, pegamos as escalas de serviço e verificamos não os agentes lotados na unidade prisional, mas sim os que estão de plantão e nesse levantamento apenas cerca de 400 guardas estão em sua atividade fim em todo o estado”, revela o presidente do Sindpen.

Diante dos fatos, o sindicato acredita que a Sejuc é a favor da permanência dessa situação e que o intuito é sucatear o sistema público, já que mantém os guardas prisionais fora de sua atividade, alegando que eles estão no sistema prisional. “Chegamos à constatação óbvia que a Sejuc está fomentando o desvio de função, a prova são agentes prisionais trabalhando nos setores administrativos, quando deveriam está na atividade de destino. Essa é uma maneira de sucatear a máquina pública, porque quando eu tiro um servidor de sua função, você torna o trabalho do remanescente inviável, o agente não tem como desempenhar sua função de forma plena. E esses servidores desviados não estão

apenas na Sejuc, infelizmente eles estão também em outras secretarias, no Tribunal de Contas, de Justiça, em prefeituras. No Procon, órgão subordinado a Sejuc, tem sete agentes prisionais trabalhando lá, pelo menos isso consta na relação de servidores feita pela Secretaria de Estado de Planejamento, Seplag”, comenta Iran.

O Sindpen se posiciona contra o desvio de função, mas revela que é difícil acabar com essa realidade já que as pessoas que estão fora de suas atribuições legais têm poder. “O sindicato defende o retorno de todos os desviados de função, mas é bom deixar bem claro que é difícil, porque existem pessoas influentes no meio. Os próprios agentes penitenciários tem influência ou são parentes de pessoas influentes e claro que irão criar uma resistência para o fim do desvio de função. Esses agentes seriam filhos, irmãos, primos, maridos, esposas de autoridades, infelizmente essa é a realidade. Nepotismo é crime, mas vá vê quantos familiares de gestores estariam trabalhando na secretaria”, desacredita o sindicalista.

Outra situação apontada pelo presidente do Sindpen é a dos servidores de outras secretarias que foram remanejados para a Sejuc antes da Constituição de 1988 para atuar como agentes prisionais. Com o concurso de 2002 foi necessário regulamentar a situação desses servidores, cerca de 200, mas apenas metade foi enquadrado.

“Antes da Constituição de 1988 era possível vim pessoas de outras secretarias trabalhar como agentes penitenciários, mas depois isso foi inviabilizado. Com o concurso houve a necessidade de enquadrar esses servidores, mas o secretário de Justiça só enquadrado metade dos 200 servidores e os outros 100 continuaram na ilegalidade. Como há um déficit no sistema prisional, o sindicato sugere

riu que todos os servidores fossem enquadrados, mas o Secretário não o fez, deixou esses 100 servidores no sistema prisional, mas impedidos de trabalhar nos pavilhões batendo cadeado e pegando preso mesmo. Hoje eles estão enchendo as portarias dos presídios, porque têm que fazer atividades administrativas. Mas se há necessidade de agente nos pavilhões porque manter esses servidores nas portarias?" questiona Iran.

O presidente conta que o Sindpen sugeriu ao secretário de Justiça, Benedito Figueiredo, o reaproveitamento desse pessoal impedido de atuar e que a resposta do secretário teria sido que não proibiu ninguém de trabalhar, apenas recomendou aos diretores das unidades prisionais em não utilizar esse pessoal nos pavilhões. "Para resolver o problema das cadeias o secretário poderia pegar esses servidores impedidos de trabalhar e colocá-los para dentro dos presídios, mas a recomendação do secretário foi que o diretor de presídio se abstenha de utilizar servidores de carreira administrativa, os desviados de função, para atividade inerente à carreira de segurança. Isso consta na Portaria nº 300 de 2012. Então se ele pensa assim, porque não pega meus colegas concursados que estão em áreas administrativas e os colocam na atividade fim e traz esses servidores ociosos nas portarias para a secretaria? Dessa forma todos estariam cumprindo suas funções legais", sugere Iran.

• Terceirização

Para o Sindpen, a relação divulgada pelo Sepalg a respeito dos servidores da Sejud só provaria que existe desvio de função, situação que favorece a terceirização. "Nós denunciemos a situação ao Ministério Público Estadual, à Ordem dos Advogados do Brasil, e ao Tribunal de Contas.



**SEGUNDO SINDPEN,
ATÉ POUCO TEMPO,
A PARTE
ADMINISTRATIVA
DA SEJUC ERA
FEITA POR GUARDAS
PRISIONAIS**

No dia 22 de abril o Tribunal Regional do Trabalho se manifestou contrário à manutenção da terceirização nos moldes que vêm sendo praticados, inclusive anunciado que abriria processo contra o secretário por improbidade administrativa, porque a terceirização é ilegal, onerosa e ineficiente", frisa.

Contrário à terceirização, o sindicato acredita que medidas urgentes precisam ser tomadas para resolver a situação dos presídios que estão superlotados, dificultando ainda mais a atuação dos agentes prisionais. "Não se fala em acabar com o desvio de função e em breve a sugestão vai ser contratar uma empresa para tomar conta do presídio. O contexto mostra que se não forem adotadas medidas urgentes, não estou falando de terceirização, estou falando em acabar o desvio de função e realizar concurso público, o pior vai acontecer. O sindicato é contra a terceirização porque entende que ela é um mecanismo que estão utilizando para fomentar o desvio de função, sucateamento da máquina pública e o pior de tudo, colocando a sociedade em risco, porque já está comprovado que terceirização não funciona, principalmente depois das duas mortes de presos no Complexo Jacinto Filho, no Bairro Santa Maria", ressalta Iran Alves.

• Procon

O diretor do Procon/SE, órgão subordinado a Sejud, informou que não tem conhecimento das funções dos servidores que atuam no órgão, já que a contratação é feita pela secretaria. "Quando há necessidade de servidores, nós informamos a Secretaria de Justiça a necessidade e eles nos envia o servidor, mas não tenho conhecimento de que secretaria ele seja já que quem faz a contratação e a lotação é a Sejud", explica Luiz Roberto Azevedo.

Já a Secretária de Justiça e Cidadania do Estado foi procurada pela reportagem do Jornal Correio de Sergipe, mas até o fechamento da edição não se manifestou sobre o assunto.